

CONCLUSÕES DA PRIMEIRA SESSÃO DE TRABALHOS DO

SEMINÁRIO SOBRE 'DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO' (14/12/74)

Tema - "O Ensino herdado do fascismo. Características actuais do Ensino em Portugal"

O Ensino em qualquer país é indissociável da sua vida política e económica. Nos países dominados pelos monopólios ele desempenha importante papel na reprodução das relações entre classes sociais existentes, no domínio ideológico pelas forças mais reaccionárias, na manutenção da injustiça social.

Entretanto em Portugal, e sob o fascismo, o Ensino adquiriu características específicas, particularmente duras para o progresso cultural das massas populares e dos estudantes.

É este ensino que em larga medida ainda existe, representando parte da herança legada pelos fascistas.

O anterior regime utilizava, com vista à prossecução dos seus objectivos, duas armas fundamentais: a selecção de classe nos diversos graus do Ensino e um profundo obscurantismo que fez recair, não só sobre as massas estudantis, como sobre toda o Povo Português.

Sobre este ponto é eloquente, por um lado, o elevado índice de analfabetismo, que os estudantes já começaram a combater levando a cabo Campanhas de Alfabetização. No plano escolar este ponto materializa-se pelo estímulo ao uso da 'pedagogia' alienatória, de programas e quadros directivos fascizantes, de práticas militarizadas nas escolas, de pseudoprogramas culturais e recreativos, o estímulo ao individualismo, dentre outros.

A selecção sócio-económica começa na escola primária, sector do ensino mais decaído pela política fascista. Abrangendo a maior massa escolar, dispõe contudo do menor quantitativo de verbas. Os índices de crise passam pelo número diminuto de escolas, reduzido tempo escolar, mau equipamento, número insuficiente de professores, além do mais mal pagos, receptividade e desígnios reaccionários nos meios rurais, dentre outros. O trabalho infantil é indispensável, entre as massas trabalhadoras, à manutenção de uma estrutura económica familiar precária. As desigualdades de classe traduzidas nos planos alimentar, sanitário e de desenvolvimento físico, afectivo, equipamento escolar, influências culturais, dentre outras, modelam a criança desde cedo.

O ensino secundário, acessível apenas a uma minoria, encerra novo processo de selecção de classe, com a coexistência de duas vias de ensino independentes e separadas, frequentadas por alunos recrutados em classes sociais diferentes e cumprindo funções distintas.

O ensino técnico profissional treina os filhos das classes economicamente mais desfavorecidas para se tornarem futuros operários qualificados. O ensino liceal canaliza os filhos das classes mais favorecidas para o acesso ao ensino superior. Urge eliminar a dupla via e, sob pena de esta medida se esvaziar de sentido, avançar com a democratização mais geral do sistema educativo.

O regime fascista concentrava profundamente os seus esforços no ensino superior. Importante meio de produção dos quadros ideológicos do regime, aquele servia ainda para a preparação de quadros técnicos que, pela ausência de qualquer perspectiva social no ensino, ajudavam à furtificação das condições de exploração nos centros de produção. A história do ensino está profundamente inserida na história da protecção aos monopólios em Portugal. Num contexto económico de dependência do imperialismo, em que não só os capitais como a técnica síbeles eram utilizados para perpetuar a exploração

mento das rudimentares estruturas educativas. Atentam-no o reduzido número de professores e instalações, e sua fraca capacidade, o mau apetrechamento e dimensionamento da investigação e o freqüente apoio social ao aluno. Habendo as suas raízes no fascismo e vivificadas por factores mais recentes, insere-se neste contexto o actual problema da superescolagem escolar.

As escolas são, acompanhando a situação mais geral da sociedade portuguesa, micro-sistemas de repressão. As massas estudantis, em especial as universitárias, mobilizam-se com a palavra de ordem: abaixo o fascismo. Desempenham um papel importante na luta contra o fascismo e o colonialismo, dentro e fora das escolas. O aparecimento da demagógica, falhada e pretensa 'Reforma de Veiga Simão', além de inscrita num momento de adaptação da burguesia nacional à manutenção das dependências e impopulares lutas coloniais, insere-se na prossecução das lutas levadas a cabo pelas massas estudantis e progressistas, além de reflectirem a necessidade de captação de sectores da pequena burguesia através de uma pretensa 'liberalização'. Qualquer 'reforma' do ensino em Portugal pressuporia a transformação radical da sociedade. O primeiro passo para tal objectivo seria a eliminação do fascismo e do colonialismo. A 'Reforma de Veiga Simão' morreu nos escombros de um aparelho putrefacto que era o aparelho de estado fascista.

As possibilidades se colocam desde já para uma alteração radical das estruturas do ensino, colocando-o ao serviço do Povo Português. Para tal muito contribui o trabalho organizado das mesmas massas estudantis, com vista ao lançamento de uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.